

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

TR-DIVTRANS - 52026

Código de validação: D30B472C80

TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de gestão de abastecimento e de gestão de manutenção preventiva e corretiva dos veículos que compõem a frota do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.



1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de **gestão de abastecimento** e de **gestão de manutenção preventiva e corretiva** dos veículos que compõem a frota do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão por meio de PREGÃO POR REGISTRO DE PREÇOS, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço por item.

1.2 Os serviços a serem fornecidos têm por finalidade atender ao abastecimento de combustíveis e a manutenção em geral da frota, incluindo-se neste a manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento dos materiais, tais como: troca de óleo, alinhamento e balanceamento, conserto de pneus, higienização, conserto de veículos, dentre outros produtos/serviços necessários ao bom desempenho dos automóveis.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A decisão na escolha por este modelo de contratação considerou as vantagens decorrentes da melhoria da gestão das despesas com a frota de veículos. Objetivando a redução de custos que envolvam abastecimento e manutenção de veículos, bem como o adequado controle da frota por meio de relatórios gerenciais. Possibilitando, ainda, a definição de parâmetros na utilização, bem como restrições diferenciadas relacionadas aos veículos e usuários.

2.1.1. Segurança da Informação e Controle de Acesso. O sistema deve garantir a tríade da segurança: confidencialidade, integridade e disponibilidade.

- Criptografia: Obrigatoriedade de criptografia para dados em repouso e em trânsito (protocolo TLS 1.2 ou superior).
- Gestão de Identidade: Suporte a Autenticação de Dois Fatores (2FA) para perfis administrativos.
- Níveis de Acesso: Controle de acesso baseado em funções (RBAC), permitindo configurar permissões distintas para gestores, motoristas e auditores.
- Segurança Física: Certificações do Data Center (ex: ISO/IEC 27001 ou SOC 2



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

Type II) onde os dados serão hospedados.

2.1.2. Trilha de Auditoria e Rastreabilidade. Capacidade de reconstruir o histórico de qualquer transação ou alteração no sistema.

- Logs Detalhados: Registro inalterável de todas as operações (inclusão, alteração e exclusão), contendo: ID do usuário, data/hora (timestamp), IP de origem e valor anterior vs. valor novo.
- Geolocalização: Registro das coordenadas geográficas no exato momento da autorização do abastecimento.
- Prevenção de Fraude: Alertas automáticos para inconsistências, como capacidade do tanque superior ao volume abastecido ou transações simultâneas em locais distantes.

2.1.3. Requisitos de Integração com Sistemas Corporativos. A solução não deve ser uma "ilha", mas sim parte do ecossistema da contratante.

- APIs RESTful: Disponibilização de APIs para integração nativa com sistemas de ERP (ex: SAP, TOTVS) e softwares de gestão de frotas.
- Sincronização de Cadastros: Importação automática de base de veículos, motoristas e centros de custo.
- Exportação de Dados: Possibilidade de extração de relatórios em formatos abertos (CSV, JSON, XML) e integração com ferramentas de BI (Power BI, Tableau).

2.1.4. Governança de Dados e LGPD. A presente contratação deverá seguir integralmente a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

- Finalidade e Necessidade: Coleta mínima de dados pessoais (apenas o necessário para a operação, como CPF e CNH do condutor).
- Direitos do Titular: Funcionalidades que permitam a anonimização ou exclusão de dados após o término da vigência contratual ou por solicitação legal.
- Relatório de Impacto (RIPD): A contratada deve fornecer, quando solicitada,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

documentação sobre como os dados pessoais são tratados e protegidos.

- Gestão de Incidentes: Protocolo formal de notificação à contratante em caso de qualquer suspeita de vazamento de dados em até 24 horas.

2.1.4. Desempenho e Suporte Técnico. A garantia de que a operação não sofrerá interrupções críticas.

- Disponibilidade (SLA): Disponibilidade mínima mensal do sistema de 99,5%, com penalidades previstas em caso de descumprimento.
- Tempo de Resposta: * *Crítico (Sistema fora do ar)*: Atendimento em até 1 horas.
 - *Rotineiro (Dúvidas/Ajustes)*: Atendimento em até 24 horas.
- Canais de Suporte: Atendimento 24/7 (especialmente para suporte ao motorista no posto) via 0800, chat ou aplicativo.
- Capacitação: Realização de treinamento inicial para os gestores e fornecimento de manuais atualizados em português.

2.2. Trata-se de uma alternativa amplamente utilizada no mercado para a aquisição indireta de combustível, óleos e lubrificantes, serviços de lavagem, mecânica geral dentre outros produtos/serviços prestados por postos, oficinas e concessionárias autorizados em todo o Maranhão.

2.3. Os sistemas de gerenciamentos propiciarão à Administração a disponibilidade de empresas credenciadas sob várias bandeiras. O usuário e gestor da frota escolherá dentre as empresas credenciadas as que possuam o menor preço unitário praticado da venda de combustível, em conformidade com os mecanismos contratuais.

2.4. Para o estabelecimento do número mínimo de postos, oficinas e concessionárias credenciadas a ser exigido da Contratada, fez-se uma análise das demandas do Tribunal de Justiça do Maranhão com relação ao consumo, trajetos e frequências de deslocamentos. Ademais, com relação ao estabelecimento de áreas/raios, aproveitou-se as oportunidades e vantagens oferecidas pelas demais regiões da cidade para qual a frota se desloca frequentemente.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

2.5. Os relatórios gerenciais e dados da frota resultantes da prestação de serviços deverão fornecer à Administração as informações necessárias para a tomada de decisão no âmbito da gestão da frota, em relação ao desempenho, frequência de manutenção preventiva e corretiva dos veículos. O sistema de abastecimento deverá, ainda, identificar as tentativas de eventuais desvios de combustível e da utilização inadequada dos recursos destinados a este objeto, com o controle direto on-line, em tempo real, pelo CONTRATANTE.

2.5.1. Indicadores, Métricas e Metas de Desempenho (KPIs e SLAs) Os indicadores de desempenho a seguir serão utilizados pela fiscalização do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA) para monitorar a qualidade, a economicidade e a eficiência da execução do contrato, vinculando o pagamento ou a aplicação de sanções ao atingimento das metas.

2.5.2. Gestão de Abastecimento e Controle de Custos:

Indicador (KPI)	Métrica	Meta (SLA)	Fórmula de Cálculo	Ação em Caso de Não Atingimento
I-1: Eficácia no Controle de Desvios	Percentual de Transações Suspeitas (Fraudes e Mau Uso) Bloqueadas.	Maior ou igual a Noventa e nove vírgula cinco por cento.	$(N^{\circ} \text{ de Transações Suspeitas Bloqueadas} / N^{\circ} \text{ Total de Tentativas de Transações Suspeitas}) * 100$	Multa e/ou Advertência por falha na funcionalidade do sistema e inexecução das regras de controle.
I-2: Economicidade no Abastecimento	Diferença Percentual Média entre o Preço de Bomba Ponderado e o Preço Médio ANP para a região.	Taxa de Administração (TA) Negativa mínima contratual (desconto) ou Ponderado < Preço Médio ANP.	$(\text{Preço Médio TJMA} - \text{Preço Médio ANP}) / \text{Preço Médio ANP}$	Notificação para ampliação da rede credenciada em postos mais competitivos; Risco de aplicação de multa.
I-3: Disponibilidade da Rede Credenciada	Percentual de postos de combustível ativos e aptos a atender a frota em todas as comarcas solicitadas.	Maior ou igual a Noventa e oito por cento.	$(N^{\circ} \text{ de Postos Ativos} / N^{\circ} \text{ Total de Postos Requeridos por Comarca}) * 100$	Multa por falha na manutenção da rede; prazo máximo de 48h para credenciamento de novos postos.

2.5.3. Gestão de Manutenção e Disponibilidade da Frota:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

Indicador (KPI)	Métrica	Meta (SLA)	Fórmula de Cálculo	Ação em Caso de Não Atingimento
I-4: Tempo Médio de Reparo (TMR)	Tempo decorrido (em horas) desde a solicitação de manutenção até a liberação do veículo em condições operacionais.	TMR < 72h (Manutenção Corretiva Padrão); TMR < 24h (Manutenção Emergencial).	(Somatória das Horas de Reparo / N° Total de Reparos)	Advertência; Multa diária por atraso na devolução do veículo após o prazo estabelecido.
I-5: Qualidade da Cotação de Serviços	Percentual de serviços e peças cotados cujo preço se encontra dentro da margem de aceitação (referência de mercado, ex.: Tabela Audatex ou 3 orçamentos).	Maior ou igual a noventa e cinco por cento	(N° de Cotações Aceitas / N° Total de Cotações Realizadas) * 100	Reprovação do orçamento e exigência de nova cotação; Multa por superfaturamento comprovado.
I-6: Conformidade da Manutenção Preventiva	Percentual de veículos com a manutenção preventiva agendada e realizada dentro dos parâmetros de quilometragem/tempo definidos.	Maior ou igual a Noventa por cento.	(N° de Preventivas Concluídas no Prazo / N° Total de Preventivas Programadas) * 100	Advertência por negligência na gestão da manutenção preventiva da frota.

2.5.4. Gestão do Sistema Informatizado e Relatórios de Abastecimento e Manutenção:

Indicador (KPI)	Métrica	Meta (SLA)	Fórmula de Cálculo	Ação em Caso de Não Atingimento
I-7: Disponibilidade do Sistema	Tempo de Operação efetiva do sistema (uptime), excluindo manutenções programadas.	Maior ou igual a noventa e oito por cento	(Horas Disponíveis / Total de Horas no Mês) * 100	Multa por indisponibilidade do sistema de gestão e consequente paralisação da operação (abastecimento/manutenção).
I-8: Tempestividade dos Relatórios	Percentual de relatórios gerenciais obrigatórios (mensais e anuais) entregues	100%	(N° de Relatórios Entregues no Prazo / N° Total de	Advertência e/ou Multa por atraso na entrega de informações críticas para a fiscalização e a tomada de



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

Gerenciais	dentro do prazo contratual (ex.: 5º dia útil do mês subsequente).	Relatórios Exigidos) * 100	decisão.
------------	---	----------------------------	----------

2.5.5. A fiscalização do TJMA avaliará os indicadores I-1 a I-8 mensalmente.

2.5.6. A aferição será realizada por meio dos relatórios gerenciais extraídos do sistema da Contratada, que deverão ser auditáveis e validados pelo Fiscal do Contrato.

2.5.7. O não atingimento de qualquer meta por dois meses consecutivos ou três meses alternados resultará em aplicação das sanções previstas no contrato (Advertência, Multa ou, em último caso, Rescisão Contratual), bem como a possibilidade de dedução ou glosa no valor do pagamento da Taxa de Administração (se houver e for positiva) ou dos serviços, proporcionalmente à inexecução comprovada do nível de serviço estabelecido, conforme ANEXO I.

2.6. O modelo aqui proposto propiciará o aperfeiçoamento da gestão operacional e financeira gerando a expectativa de economias direta e indireta, por meio da otimização dos processos.

2.7. Os resultados da implantação desse sistema de gerenciamento poderão ser otimizados com a utilização da definição do parâmetro de preço limite nos cartões. Adotando-se, para tanto, os preços médios estabelecidos pela ANP – Agência Nacional de Petróleo para os diversos tipos de combustíveis.

2.8. Da justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP)

A opção pelo Sistema de Registro de Preços, com fulcro no **Art. 82 da Lei nº 14.133/2021**, justifica-se pela natureza dos serviços e pela dinâmica institucional atual do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), conforme os fundamentos abaixo:

a. Expansão Institucional e Aumento da Frota: O TJMA passa por um processo de



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

expansão significativa, que inclui o aumento do número de Desembargadores e a criação de novos núcleos de trabalho e setores administrativos. Esse crescimento impacta diretamente a frota oficial, exigindo uma solução de abastecimento e manutenção que comporte o ingresso gradual de novos veículos sem a necessidade de novos processos licitatórios a cada aquisição.

b. Cumprimento de Metas e Determinações do CNJ: A implementação de novas demandas e políticas judiciais determinadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem gerado um incremento substancial nas atividades finalísticas. O aumento de diligências, itinerâncias e fiscalizações resulta em maior circulação dos veículos, elevando o consumo de combustíveis e a necessidade de manutenções preventivas e corretivas de forma não linear.

c. Imprevisibilidade do Consumo e Variabilidade de Gastos: Pela natureza do serviço de gestão de frotas, não é possível determinar com exatidão o quantitativo fixo a ser utilizado mensalmente. O Sistema de Registro de Preços é o modelo ideal, pois permite à Administração convocar a prestadora apenas conforme a necessidade real, garantindo que o Tribunal não fique adstrito a uma obrigação de compra rígida, mas tenha à disposição um **saldo de ata** para suportar picos de demanda.

d. Eficiência Administrativa e Orçamentária: A utilização da Ata de Registro de Preços está estritamente vinculada à **existência de dotação orçamentária** no momento da contratação. Isso confere ao TJMA maior segurança fiscal, permitindo o planejamento de longo prazo (vigência da Ata) com execuções financeiras baseadas na disponibilidade de recursos de cada exercício, evitando o desperdício e garantindo a continuidade dos serviços essenciais.

e. Capilaridade e Escalabilidade: Diante da instalação de novas unidades e núcleos em diferentes regiões do Estado, o SRP permite que o Tribunal mantenha a uniformidade na gestão do abastecimento e manutenção, garantindo que novas demandas sejam atendidas imediatamente pela rede credenciada da contratada, mantendo o fluxo operacional das comarcas e unidades administrativas.

Diante da necessidade de atendimento a um consumo estimado e frequente, bem como da impossibilidade de definição prévia do cronograma exato de utilização em face das expansões citadas, o Sistema de Registro de Preços apresenta-se como a



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

ferramenta mais adequada para garantir a eficiência, a economicidade e a agilidade administrativa do TJMA.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 Os serviços que se busca contratar envolve a implantação e operação de um sistema informatizado, bem como aplicativo móvel (on-line), e integrado de gestão de frota por meio de cartão eletrônico com chip ou cartão com tarja magnética, a fim de viabilizar o pagamento das despesas com o abastecimento de combustíveis e lubrificantes junto à rede credenciada de postos de combustível, compreendendo a distribuição de álcool (etanol) comum, gasolina comum, diesel (biodiesel), Diesel-S10, óleo, lubrificantes e derivados.

3.2 Busca-se também a contratação a implantação e operação de um sistema informatizado e integrado de gestão na manutenção preventiva e corretiva de veículos, oficinas. Incluindo-se serviços de lavagem e mecânica geral com fornecimento de peças e acessórios.

3.3. Durante todo o período contratual, o percentual cobrado a título de monitoramento da frota, cotado na proposta da licitante vencedora incidirá sobre os valores correspondentes aos créditos efetivamente utilizados por cartão magnético.

3.4. O ANEXO II estabelece os critérios objetivos para medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, vinculando o desempenho técnico ao pagamento mensal, conforme as melhores práticas de governança e a legislação vigente.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A classificação das propostas será por meio de PREGÃO POR REGISTRO DE PREÇOS, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

4.2. A licitante deverá ofertar o preço por itens conforme planilha constante nos itens 10.1 e 10.4 deste Termo de Referência.

4.3. Na proposta de preço deverão estar inclusos todos os custos necessários ao pagamento de despesas com salários, encargos sociais, fiscais e comerciais, impostos, taxas, seguros e demais encargos relativos aos serviços e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

4.4. A presente aquisição terá um custo estimado do percentual máximo admitido para a taxa de administração, conforme cotação realizada pela Coordenadoria de Material e Patrimônio desta Corte do TJMA para determinação deste valor percentual.

4.5. Será admitida a taxa de administração negativa/menor que zero (equivalente ao desconto sobre o valor consumido). O percentual negativo refletirá sobre o faturamento, representando o desconto sobre os serviços.

4.5.1. Para efeito de cadastramento das propostas e envio de lances, a licitante deverá considerar o valor mensal máximo estimado de contratação, para combustíveis e manutenção com suas respectivas taxas de administração, conforme itens 10.1 e 10.4 deste Termo de Referência.

4.5.1.1. Como exemplo usaremos o item 1, a licitante deverá considerar o valor mensal máximo estimado de contratação (combustíveis + taxa de administração) de R\$ 346.166,00 + R\$ 4.604,00 = R\$ 350.770,00. Até o limite de R\$ 346.166,00, entende-se como taxa de administração positiva ou igual a zero, abaixo desse valor será recebido como desconto sobre o combustível consumido (percentual abaixo de zero ou taxa negativa).

4.6. A taxa de administração ou de desconto, oferecida na proposta vencedora, será fixa durante toda a vigência contratual.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

4.7. A empresa deverá especificar de forma clara em sua proposta todos os valores bem como a taxa de administração aplicada aos serviços.

4.8. A contratação dar-se-á pela modalidade de Pregão Eletrônico, mediante Sistema de Registro de Preços, com vistas a alcançar a proposta mais vantajosa para a Administração.

4.9. Os serviços objeto da presente contratação caracterizam-se como de natureza contínua, uma vez que visam atender necessidade permanente da Administração relacionada à gestão da frota de veículos, incluindo abastecimento e manutenção, cuja interrupção comprometeria o funcionamento regular das atividades institucionais.

4.10. A continuidade da prestação dos serviços é essencial para assegurar a mobilidade administrativa, a eficiência operacional e o adequado controle dos gastos públicos, justificando-se, assim, a adoção de contrato com possibilidade de vigência estendida, nos termos do art. 106 e art.107 da Lei nº 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA DE COMBUSTÍVEIS E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS

5.1. A CONTRATADA deverá implantar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após a assinatura do contrato, os serviços de administração e gerenciamento do abastecimento de combustíveis e os serviços de administração e gerenciamento manutenção da frota.

5.2. Neste prazo deverá ser providenciado a instalação do sistema informatizado, o treinamento dos usuários, de acordo com o perfil adequado, o fornecimento dos cartões eletrônicos para cada veículo, sem custo adicional para o Tribunal, e a habilitação dos motoristas e condutores.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

5.3 A implantação do sistema pela CONTRATADA compreende:

- 5.3.1 Cadastramento e registro dos veículos;
- 5.3.2 Cadastramento dos usuários e motoristas;
- 5.3.3 Credenciamento da rede de postos de abastecimento;
- 5.3.4 Identificação visual e divulgação da rede de postos de abastecimento;
- 5.3.5 Alimentação dos Créditos financeiros nos Cartões dos veículos cadastrados;
- 5.3.6 Implantação e parametrização dos sistemas tecnológicos;
- 5.3.7 Confeção e distribuição de cartões;
- 5.3.8 Treinamento de usuários e gestores;
- 5.3.9 Treinamento dos postos de abastecimento de combustíveis da rede credenciada;
- 5.3.10 Recadastramento da frota quando necessário.

5.4. O Tribunal de Justiça do Maranhão fornecerá a CONTRATADA, o cadastro completo e atualizado dos veículos, condutores e identificação das respectivas áreas que os mesmos estão alocados, contendo: tipo da frota (própria ou locada); placa; marca; modelo; chassi; tipo de combustível; ano de fabricação do veículo; lotação (unidade e código do centro de custo); capacidade do tanque; hodômetro; nome, registro funcional e unidade dos condutores; base operacional.

5.5. A empresa vencedora do certame deverá ter como quantitativo uma média de 250 (duzentos e cinquenta veículos), sendo veículos de passeio, caminhonetes, vans e caminhões, conforme lista anexa. Informa-se que o presente quantitativo da frota de veículos desta Corte poderá ter um aumento da frota de veículos em até 50% (cinquenta por cento), sendo plenamente atendida nesta contratação.

5.6. A CONTRATADA exportará todos os dados relativos as transações do gerenciamento de combustível ou do gerenciamento de manutenção do período em que mantiver contrato com o Tribunal à empresa que a suceder.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

5.7. Cada veículo terá um cartão de controle, assim como cada condutor terá uma senha de utilização para a execução de qualquer operação realizada na rede de estabelecimentos credenciados.

5.8. O sistema contratado deverá permitir o bloqueio/desbloqueio/troca de senha de forma on-line e instantânea.

5.9. O sistema deverá permitir para cada veículo um limite de crédito, determinado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, através do fiscal do contrato, o qual não poderá ser ultrapassado sem expressa autorização do mesmo, e que deverá ser renovado automaticamente a cada 30 (trinta) dias.

5.10. O saldo remanescente do cartão do mês anterior não será acumulado ao mês seguinte.

5.11. Os abastecimentos e uso de serviços de manutenção realizados pela rede credenciada sem a devida cobertura de crédito será de total responsabilidade da CONTRATADA.

5.12. A rede de estabelecimentos credenciada deverá estar equipada para aceitar transações com os cartões dos usuários do sistema.

5.13. No caso dos serviços de manutenção preventiva e corretiva a contratada poderá implementar o sistema de gestão que prescindir de cartão, mas, deverá ser capaz de apresentar, no mínimo, relatórios mensais, anuais, por período, por veículo, por serviços e outras funcionalidades que auxilie na gestão e acompanhamento.

5.14. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva *não serão realizados nos veículos locados*, mas tão somente o serviço de abastecimento de combustíveis.

5.15. A contratada dos serviços de abastecimento de combustíveis deverá dispor de



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

duas soluções de gestão, com o fornecimento dos respectivos cartões. A primeira para gestão da frota com vinculação motoristas-veículos no abastecimento, e a segunda sem vinculação-motorista no abastecimento.

5.16. Os cartões de gestão de abastecimento sem vinculação-motorista no abastecimento deverão requerer para sua utilização apenas senha de abastecimento para o usuário.

5.17. O sistema para o cartão gestão frota com vinculação motoristas-veículos no abastecimento deverá emitir comprovante da transação, independentemente da solicitação do condutor, contendo as informações a seguir:

- a) Identificação do posto (nome e endereço);
- b) Identificação do veículo (placa);
- c) Hodômetro do veículo no momento execução do serviço;
- d) Tipo de combustível e/ou serviço utilizado;
- e) A data e hora da transação;
- f) Quantidades de litros;
- g) Valor da operação;
- h) Identificação do condutor.

5.18 O sistema deve permitir que os abastecimentos e uso de serviços de manutenção realizados nos casos de viagem para outros estados ou mesmo cidades que não possuam estabelecimentos credenciados, sejam registrados manualmente conforme solução a ser definida e apresentada pela CONTRATADA.

5.19. Os softwares de gestão deverão prestar as seguintes funções, no mínimo:

- a) Registro informatizado dos dados de abastecimento e serviços de manutenção, disponíveis para consulta via internet, no momento que efetuar a operação;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

- b) Emissão de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle das despesas, condutores, consumo e quilometragem específica por veículo;
- c) O cancelamento imediato para os casos de perda ou extravio de cartão;
- d) Identificação do usuário no momento do abastecimento através da senha pessoal ou cartão de identificação;
- e) Realização de plano de manutenção, conforme manual de cada veículo que o Tribunal possua o venha a possuir.
- f) O desbloqueio do cartão de abastecimento, em casos de bloqueios previstos nos casos de desparametrização ou outras situações indicadas pelo CONTRATANTE, por meio do aplicativo ou web site, disponível 24h, pelo gestor/fiscal do contrato desta Corte, ou servidores indicados pela chefia imediata

5.20. Todos os serviços de manutenção deverão preceder de uma ordem de serviços encaminhada via sistema disponibilizado pela CONTRATADA.

5.21. A CONTRATADA deverá cadastrar plano de manutenção preventiva conforme manual de cada veículo que o Tribunal possua ou venha a possuir, realizando as modificações no plano de manutenção mediante solicitação do fiscal do contrato.

5.22. Todos os serviços de manutenção serão aprovados via sistema online, conforme ordens de serviço encaminhadas às oficinas credenciadas, sendo que, peças e serviços que estejam em garantia não poderão ser incluídos na fatura.

5.23. Os equipamentos necessários para operação do sistema deverão ser disponibilizados pela CONTRATADA sem qualquer ônus para o Tribunal de Justiça do Maranhão.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

5.24. A CONTRATADA terá prazo de até cinco dias úteis para realizar alterações no Sistema ofertado em caso de solicitação do fiscal do contrato, tais como: modificação no cadastro de veículo, cancelamento de contação, cancelamento de orçamento, cancelamento de registro de orçamento, entre outros;

5.25. A CONTRATADA deverá dispor em seu Sistema de instrumento de cancelamento ordem de serviço de manutenção aprovada, porém não executada.

5.26. A CONTRATADA deverá parametrizar seu Software de Gestão ao sistema de gestão atualmente utilizado pelo Tribunal, permitindo a leitura de arquivos e, ainda, a possibilidade de layout e formatação de campos, conforme necessidade da CONTRATANTE. Estando previstas as seguintes informações: nome, endereço e CNPJ completo do estabelecimento credenciado; data do abastecimento ou do serviço de manutenção; quilometragem no momento da execução do serviço; tipo de combustível do veículo; valor unitário e total do serviço executado; e identificação do veículo.

5.27. A CONTRATADA deverá permitir o desbloqueio dos cartões de abastecimento, em qualquer dia e hora, pelo CONTRATANTE, nos casos de bloqueio nos abastecimentos previstos no sistema.

6.REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS

6.1. A CONTRATADA deverá apresentar no ato da assinatura do contrato a sua rede de postos de abastecimento de combustíveis credenciados na Região Metropolitana de São Luís e no interior do Estado de Maranhão, identificando a razão social, nº CNPJ, endereço e telefone de cada posto, aptos para aceitar transações com o cartão dos veículos e dos usuários do sistema.

6.2. A CONTRATADA deverá ter, para o item de abastecimento, no mínimo, 30 (trinta) postos de abastecimento e, para o item de manutenção, 20 (oficinas), devidamente



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

credenciados na região metropolitana de São Luís-MA, sendo que 30% (trinta por cento) do quantitativo mínimo de postos deverão estar localizados no município de São Luís em um raio máximo de 10 km (dez quilômetros) do Tribunal de Justiça do Maranhão, situado na Praça Dom Pedro II, s/n, Centro.

6.3. A CONTRATADA deverá ter, no mínimo:

- a) 02 (dois) postos credenciados nos municípios de Açailândia, Bacabal, Balsas, Barreirinhas, Caxias, Chapadinha, Codó, Grajaú, Imperatriz, Itapecuru-Mirim, Miranda do Norte, Mirador, Presidente Dutra, Pedreiras, Pinheiro, São João dos Patos, Santa Inês, São Mateus, Timon, Viana, Vitória do Mearim;
- b) 02 (duas) oficina credenciada nos municípios de Açailândia, Bacabal, Balsas, Caxias, Pedreiras, Santa Inês e Timon;
- c) 05 (cinco) oficinas credenciadas no município de Imperatriz.

6.4. A contratada deverá ter, no mínimo, 01 (um) posto credenciado nos municípios com mais de trinta mil habitantes.

6.5. A contratada deverá disponibilizar no mínimo 01 (um) posto credenciado e 01 (uma) oficina credenciada nas comarcas que tiverem veículos ou que venham a possuir veículo conforme relação fornecida pelo contratante.

6.6. Caso não haja estabelecimento credenciado nas localidades determinadas nos itens acima, a CONTRATADA deverá credenciar, preferencialmente a empresa já utilizada pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da formalização do contrato. Lista de credenciados em anexo ao processo administrativo.

6.7. Nos casos de viagens para outros Estados ou cidades que não possuam



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

estabelecimentos credenciados, como municípios com menos de trinta mil habitantes, a CONTRATADA deverá permitir que os abastecimentos e manutenções dos veículos sejam realizados manualmente, conforme definição apresentada pela CONTRATADA.

6.8. A CONTRATADA deverá realizar o credenciamento de novos estabelecimentos, conforme a necessidade do Tribunal de Justiça do Maranhão, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de solicitação da CONTRATANTE.

6.9. A contratada deverá manter, no mínimo, 01 (um) estabelecimento credenciado a cada 200 km nas estradas (BR – 010, BR – 135, BR – 222, BR – 226, BR-230, BR – 316, e MA-06) ou em estradas de acesso aos municípios mencionados anteriormente.

6.10. Os postos e oficinas deverão prestar os serviços, no mínimo, de segunda-feira a sexta-feira das 8h às 18h, e aos sábados das 8h às 14h.

6.11. As eventuais alterações ou mudança dos estabelecimentos credenciados devem ser comunicadas imediatamente ao Tribunal de Justiça do Maranhão.

6.12. AS CONTRATADAS são as únicas responsáveis pelo pagamento aos estabelecimentos credenciados, decorrentes do combustível, manutenção e demais produtos/serviços efetivamente realizados, de modo que o Tribunal de Justiça do Maranhão não responderá solidária ou subsidiariamente por esse pagamento.

7. RELATÓRIOS DO SISTEMA DA CONTRATADA

7.1. O Tribunal de Justiça do Maranhão, através do fiscal do contrato, estabelecerá o nível de permissão (consulta/administração) do acesso ao Software de Gestão a cada unidade, podendo um ou mais usuários ter acesso completo ou parcial a toda frota, de acordo com suas respectivas responsabilidades.

7.2. Os relatórios disponibilizados pela CONTRATADA deverão conter, no mínimo, as



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

seguintes informações, acumuladas a partir da contratação dos serviços:

7.2.1. Relação dos veículos por placa, marca, modelo, tipo de combustível, ano de fabricação;

7.2.2. Histórico das operações realizadas pela frota (data, hora, identificação do estabelecimento, identificação do condutor e do veículo, hodômetro do veículo no momento do abastecimento, tipo de combustível, quantidade em litros adquiridos, valor unitário por tipo de combustível, valor total de operação em reais e saldo);

7.2.3. Análise do consumo de veículos da frota, contendo a quilometragem entre abastecimentos, intervalo de tempo e média de consumo por litro, cidade do abastecimento, estabelecimento e condutor que realizou a operação;

7.2.4 Histórico das operações realizadas por usuário previamente autorizado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão;

7.2.5. Histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado;

7.2.6 Volume de litros de gastos realizados por tipo de combustível e preço médio unitário por tipo de combustível consumido pela frota;

7.2.7. Relação de gastos realizados por tipo de mercadoria ou serviço;

7.3.8 Despesas realizadas por base operacional e unidade, quando necessário;

7.2.9. Relação mensal contendo a identificação do valor a ser pago a CONTRATADA.

7.3. A CONTRATADA deverá facultar ao CONTRATANTE, a cada 12 meses e ao término do contrato, todos os dados compilados, em meio eletrônico, relativo ao período contratado.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

7.4. A CONTRATADA deverá manter registros de todos os relatórios disponíveis no Software de Gestão dos serviços durante todo o período do contrato, incluindo os aditivos ao contrato, se houverem.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, em conformidade com as especificações técnicas, nos termos da legislação vigente, ou quaisquer outros que vierem a substituí-los, alterá-los ou complementá-los.

8.2. Responsabilizar-se pelo pagamento aos postos credenciados, decorrentes do combustível e demais serviços descritos neste instrumento, vez que o Tribunal de Justiça do Maranhão não responderá solidária ou subsidiariamente por esse pagamento.

8.3. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do serviço e das condições acordadas com a CONTRATANTE, mantendo-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Tribunal de Justiça do Maranhão ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização do Tribunal de Justiça do Maranhão em seu acompanhamento.

8.6. Designar preposto para representar a CONTRATADA na execução do contrato, sendo que, tendo em vista o volume e a imprescindibilidade dos serviços prestados,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

haja um canal de comunicação 24 horas por dia e 7 dias por semana. O preposto deverá manter atualizado seus contatos durante toda a execução contratual.

8.7. A CONTRATADA deverá fornecer, às suas expensas, os cartões eletrônicos para cada veículo cadastrado quando da implantação do sistema, sendo que, em caso de perda, substituição ou incorporação de novos veículos à frota, a despesa correrá por conta da CONTRATADA, sem ônus para o Tribunal.

8.8. A CONTRATADA deverá ministrar treinamento, sem ônus para o Tribunal de Justiça, objetivando a capacitação de pessoal para todos os condutores e gestores envolvidos na utilização do Sistema, fornecendo as informações necessárias para a operacionalização do Sistema.

8.9. A CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE, quando da transferência e/ou retirada e substituição de postos credenciados.

8.10. Atender, de imediato, as solicitações do Tribunal de Justiça do Maranhão quanto às substituições de postos não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.

8.11. Responsabilizar-se civil e criminalmente, pelos danos causados ao Tribunal de Justiça do Maranhão ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato.

8.12. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato.

8.13. Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar imediatamente ao Tribunal de Justiça do Maranhão, quaisquer fatos ou anormalidades que, porventura, possam prejudicar o bom andamento ou o resultado dos serviços.

8.14. A CONTRATADA se responsabilizará pela instalação e manutenção dos



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

softwares do sistema.

8.15. Em caso de falha nos equipamentos periféricos da rede credenciada, bem como ocorrência de situações adversas, como a falta de energia elétrica, a CONTRATADA deverá disponibilizar procedimento alternativo visando garantir a manutenção dos serviços e informações necessárias ao controle e gestão dos abastecimentos, a fim de não comprometer na continuidade da prestação dos serviços.

8.16. A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico através de Serviço de Atendimento a Cliente, por telefone ou Internet, devendo ter uma central de atendimento que permita ao Tribunal de Justiça do Maranhão o acesso através de ligação local, com atendimento 24 horas, não sendo aceito sistema de atendimento eletrônico.

8.17. Comparecer sempre que convocada, ao local designado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio de representante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços contratados.

8.18. Fiscalizar o recolhimento dos tributos incidentes sobre a operação de fornecimento de combustível, a cargo dos estabelecimentos credenciados.

8.19. Fiscalizar e coibir a prática de preços diferenciados por parte da rede credenciada de postos e oficinas quando esta prática se der por conta do uso do sistema de gerenciamento oferecido pela CONTRATADA.

8.20. A CONTRATADA deverá permitir o desbloqueio dos cartões de abastecimento, em qualquer dia e hora, pelo CONTRATANTE, nos casos de bloqueio nos abastecimentos previstos no sistema.

8.21. A CONTRATADA é responsável por verificar diretamente junto ao setor financeiro



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

e contábil desta Corte, bem como no Portal da Transparência do TJMA, as ordens de pagamentos com os respectivos descontos tributários, caso não identificado pelo sistema da CONTRATADA.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Fornecer a CONTRATADA, após a assinatura do contrato, o cadastro completo e atualizado dos veículos e condutores, bem como quaisquer informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados.

9.2. Exercer a fiscalização dos serviços, verificando se estão sendo cumpridas as especificações previstas no edital e contrato de forma satisfatória.

9.3. Comunicar a falta de cumprimento das obrigações ao responsável da Contratada e, se necessário, ao supervisor da área, para que as falhas possam ser corrigidas a tempo.

9.4. Responsabilizar-se pelo recolhimento do Comprovante de Abastecimento e/ou de Serviço e da correspondente Nota Fiscal/Fatura de cada transação efetuada.

9.5. Encaminhar as notas fiscais/faturas correspondentes aos serviços efetivamente prestados pela CONTRATADA, devidamente atestadas, mensalmente, para a liberação de pagamento.

9.6. Efetuar os pagamentos nas condições pactuadas, relativos ao consumo e serviços efetivamente utilizados.

9.7. Notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas e imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção, sob pena de aplicação de sanções a serem fixadas no Edital.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

9.8. Comunicar a CONTRATADA, imediatamente, qualquer acréscimo, substituição ou retirada de veículos da frota do Tribunal de Justiça.

9.9. Estabelecer, para cada veículo credenciado, de sua propriedade ou locado, um limite de crédito, o qual não poderá ser ultrapassado sem autorização expressa do fiscal de contrato.

9.10. Requerer a CONTRATADA, em caso de extravio ou dano ao cartão de abastecimento, a emissão de novo cartão, sem custo adicional para a CONTRATANTE, e o cancelamento do cartão extraviado ou danificado.

9.11. Requerer o cancelamento definitivo dos cartões destinados aos veículos em caso de alienação ou retirada de circulação.

9.12. Informar, imediatamente, à CONTRATADA, o furto, roubo, extravio, falsificação ou fraude do cartão destinado ao veículo credenciado.

9.13. Identificar, junto a CONTRATADA, os funcionários que serão usuários do sistema, com poderes para administração e acesso às informações, bem como responsabilizar-se pela comunicação prévia, para os casos de demissão, férias ou transferência de lotação desses servidores.

9.14. Solicitar a substituição de postos de combustíveis credenciados que executarem os serviços em desconformidade contratual.

10. PREÇO DO COMBUSTÍVEL E QUANTITATIVOS ESTIMADOS

10.1. Os preços dos combustíveis terão os valores aferidos por litro, considerando a pesquisa realizada com base na média de preços praticados nos municípios do Estado do Maranhão, mês a mês, disponibilizado no endereço eletrônico: www.anp.gov.br da ANP – Agência Nacional de Petróleo para os diversos tipos de



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

combustíveis, ficando os serviços, para fins de licitação, estimados nos termos da tabela abaixo:

ITEM 1

Combustível (QUANTIDADE ESPECÍFICA POR TIPO DE COMBUSTÍVEL A SER CONTRATADO)	Volume Total Estimado(L) (QUANTIDADE ESPECÍFICA POR LITROS DE COMBUSTÍVEL A SER CONTRATADO)	Preço Unitário (R\$)	Valor Mensal Contratação Inicial	Valor Anual Total da ARP	Estimativa de Contratação Inicial Anual
Gasolina Comum	230.000	R\$ 6,00	R\$ 115.000,00	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.380.000,00
Álcool Comum	111.900	R\$ 5,00	R\$ 46.625,00	R\$ 800.000,00	R\$ 559.500,00
Óleo Diesel	277.000	R\$ 6,18	R\$ 142.655,00	R\$ 1.854.000,00	R\$ 1.711.860,00
TOTAL:			R\$ 304.280,00	R\$ 4.154.000,00	R\$ 3.651.360,00
Taxa de Administração Máxima (1,33%)			R\$ 4.046,92	R\$ 55.248,00	R\$ 48.563,09
VALOR TOTAL:			R\$ 308.326,92	R\$ 4.209.248,00	R\$ 3.699.923,09

10.1.1 Memória de Cálculo – Combustíveis (Item 1):

O valor total máximo estimado para o Item 1 (Combustíveis, óleos, lubrificantes e



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

derivados) é de **R\$ 308.326,92 mensais** (Valor Base, sem considerar a taxa de administração/desconto).

Memória de Cálculo Específica (Gasolina Comum) a exemplificar:

Tipo de Combustível	Volume Total Estimado (Anual)	Preço Unitário Estimado (R\$)	Valor Mensal Estimado	Valor Anual Estimado
Gasolina Comum	230.000 Litros	R\$ 6,00	R\$ 115.000	R\$ 1.380.000,00


Cálculo da Estimativa Anual: O valor anual estimado para a Gasolina Comum é o resultado da multiplicação do volume total anual pelo preço unitário: 230.000 L x R\$ 6,00/L = R\$ 1.380.000,00. O valor mensal é a divisão do valor anual por 12: R\$ 1.380.000,00 / 12 = R\$ 115.000,00.

10.2 Os valores a serem pagos a CONTRATADA serão aqueles constantes da bomba para pagamento à vista na data do abastecimento, não podendo, todavia, ultrapassar os valores disponibilizados no endereço eletrônico www.anp.gov.br da ANP – Agência Nacional de Petróleo.

10.3 Caso o preço do combustível praticado na rede credenciada esteja acima do preço médio cotado pela ANP, a contratada **deverá obrigatoriamente credenciar novos postos de combustíveis**, num prazo razoável, a ser acordado pela gestão do Contrato e a empresa Contratada de modo que o preço da rede credenciada seja reduzido, no máximo, ao mesmo patamar do preço médio cotado pela ANP. Conforme orientação Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 150/2019 – Plenário.

10.4 Para os serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo mecânica geral, lanternagem, serviços de lavagens, fornecimento de peças e acessórios para veículos, dentre outros, são estimados os valores abaixo:

ITEM 2

	Estimativa de
---	---------------

TR-DIVTRANS - 52026 / Código: D30B472C80
Valide o documento em www.tjma.jus.br/validadoc.php
Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.
#ConsumoConsciente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

Serviço de Manutenção	Valor Mensal Contratação Inicial	Valor Anual Total da ARP	Contratação Inicial (Anual)
Gerenciamento de 250 veículos	R\$ 141.608,68	R\$ 2.583.915,00	R\$ 1.699.304,10
Habilitação Técnica (50%)	—	—	R\$ 849.652,05

10.4.1 Memória de Cálculo –Serviços de Manutenção (Item 2):

O serviço de manutenção preventiva e corretiva inclui fornecimento de materiais como troca de óleo, alinhamento, balanceamento, conserto de pneus, higienização e conserto de veículos **não se aplica aos veículos locados.**

Estimativa de Contratação para Manutenção:

Descrição	Valor Mensal Estimado	Valor Anual Estimado
Manutenção (250 veículos)	R\$ 141.608,68	R\$ 1.699.304,10

Cálculo da Estimativa Anual: O valor anual de manutenção é o resultado do valor mensal multiplicado por 12: **R\$ 212.500,00 x 12 = R\$ 2.550.000,00.**

10.5. AS CONTRATADAS deverão atender ao abastecimento e manutenção preventiva e corretiva de 250 (duzentos e cinquenta) veículos, considerando os valores descritos:

Serviço	Frota	Valor Anual da ARP	Taxa (1,33%)	Valor Anual Total da ARP +Taxa.	Estimativa de Contratação Inicial - Anual
Abastecimento	250	R\$ 4.154.000,00	R\$ 55.248,00	R\$ 4.209.248,00	R\$ 3.699.923,09
Manutenção	250	R\$ 2.550.000,00	R\$ 33.915,00	R\$ 2.583.915,00	R\$ 1.699.304,10



10.5.1. Ressalta-se que o valor total de **R\$ 3.699.923,09**, acima especificado na tabela para abastecimento, tem como fundamento o valor estimado no Plano de Contratação Anual 2026, nº2026DE00136.

10.6. No percentual da taxa de administração deverão estar incluídos todos os tributos, tarifas e despesas incidentes sobre o serviço a ser executado. Não será admitido a cobrança qualquer outra verba ou valor na fatura mensal que não seja referente aos combustíveis, lubrificantes ou serviços de manutenção efetivamente prestados.

10.7. O Sistema de Gerenciamento de Abastecimento deverá permitir o registro da negociação de preços de combustíveis e serviços com os postos da rede credenciada, visando obter redução do preço de bomba dos combustíveis nas áreas preferenciais onde a quantidade de veículos seja significativa.

10.8. O Sistema de Gerenciamento ofertado pela empresa deverá permitir o registro da negociação de preços junto às oficinas da rede credenciada, possibilitando a cotação de preços dos serviços em mais de uma oficina, inclusive em oficina de localidade distinta da lotação do veículo, visando se realizar a manutenção na oficina da rede credenciada que se mostrar mais vantajosa.

11. DAS SANÇÕES

11.1 Com fundamento nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, a CONTRATADA:

11.1.1. Será sancionada com advertência, quando der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.1.2. Ficará impedida de licitar e contratar no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

demais cominações legais e contratuais, a licitante ou contratada que enquadrar-se nas condutas a seguir enumeradas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, considerando-se, na dosimetria da pena, os princípios da legalidade, da proporcionalidade e da razoabilidade e os parâmetros estabelecidos no §1º do art. 3º da Resolução -GP nº 83, de 13 de agosto de 2024

- I- der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II- der causa à inexecução total do contrato;
- III- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- IV – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- V – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- IV- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado.

11.1.2.1. A aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta estadual deverá seguir os trâmites descritos no art. 6º da Resolução -GP nº. 83, de 13 de agosto de 2024.

11.1.3. Será declarada inidônea para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, considerando-se, na dosimetria da pena, os princípios da legalidade, da proporcionalidade e da razoabilidade e os parâmetros estabelecidos no §1º do art. 3º da Resolução – GP nº. 83, de 13 de agosto de 2024, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticar as seguintes infrações:

- I- aquelas previstas para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o TJMA, quando se justificar imposição de penalidade mais grave, que a sanção nelas referidas;
- II- apresentar declaração ou documentação falsa para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

- III- fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- IV- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- V- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- VI- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846.

11.1.3.1. A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade será precedida da análise jurídica prevista no § 6º do art. 156 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, e deverá seguir os trâmites descritos no art. 6º da Resolução - GP nº. 83, de 13 de agosto de 2024.

11.1.4. Será imposta à contratada a multa moratória e a sanção pecuniária que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

- I- 0,5% (cinco décimos percentuais) sobre o valor do contrato lícitado, pelo 1º (primeiro) dia de atraso;
- II- 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, do 2º (segundo) até o 30º (trigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;
- III- 0,3% (três décimos percentuais) ao dia, a partir do 31º (trigésimo primeiro) e até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;
- IV- após o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a unidade gestora do contrato deve notificar a CONTRATADA e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.

11.1.4.1. O valor final apurado para a sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato lícitado e poderá ser aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

14.133, de 1º de abril de 2021.

11.1.4.2. Considera-se atraso injustificado a não apresentação pela contratada de argumentos e documentos capazes de motivar o descumprimento do prazo estabelecido no contrato para a entrega ou a prestação do serviço.

11.1.4.3. A Presidência do TJMA decidirá sobre a rescisão ou a manutenção do contrato, após análise das justificativas apresentadas pelo(a) titular da unidade gestora da contratação, com base no juízo de conveniência e oportunidade.

11.1.4.4. Esgotados os procedimentos do art. 32 da Resolução – GP nº 83, de 13 de agosto de 2024, caso as justificativas da CONTRATADA não afastem a penalidade indicada, será aplicada multa moratória, observados os incisos I e II do referido artigo, a ser calculada sobre o valor da parcela entregue ou executada em atraso.

11.1.4.5. A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no contrato e na Resolução -GP nº. 83, de 13 de agosto de 2024.

11.1.4.6. Caso a contratada entregue parte do objeto em atraso e não cumpra o restante da obrigação, será aplicada a penalidade de multa moratória a ser calculada sobre a parcela entregue em atraso, e aplicada a penalidade de multa compensatória a ser calculada sobre a parcela não entregue.

11.1.4.7. Observada a ordem abaixo estabelecida, o valor da multa aplicada será:

I – desconto dos pagamentos devidos pela Administração;

II – recolhido à conta bancária informada à contratada pelo TJMA, mediante apresentação do respectivo comprovante;

III – desconto do valor da garantia prestada.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

11.1.4.8. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, conforme disposto no art. 21, §1º e 2º, da Resolução -GP nº. 83, de 13 de agosto de 2024 e havendo garantia prestada na forma do art. 96 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, será a seguradora ou a fiadora notificada para proceder com o pagamento dos valores devidos ou, conforme o caso, será levantado o valor caucionado ou serão resgatados os títulos da dívida pública.

11.1.4.9. A multa compensatória será imposta à contratada que executar parcialmente o objeto contratado ou não o executar, situação em que restará configurada, respectivamente, a inexecução parcial e a inexecução total do contrato, podendo, nesses casos, o TJMA rescindir unilateralmente o contrato, observando-se o disposto nos arts. 137 e seguintes da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

11.1.4.10. Caso o atraso na execução do objeto alcance 45 (quarenta e cinco) dias corridos, unidade gestora do contrato deve notificar a CONTRATADA e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la, devendo instruir os autos para análise e deliberação da Presidência do TJMA.

11.1.4.11. A inexecução parcial do objeto do contrato implicará a aplicação de multa no percentual de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não cumprida, nos termos definidos no edital ou no contrato, com os parâmetros estabelecidos no art. 156, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e § 1º do art. 3º da Resolução -GP nº. 83, de 13 de agosto de 2024.

11.1.4.12. A inexecução total do objeto do contrato implicará a aplicação de multa no percentual de até 30% (trinta por cento), a ser calculada sobre o valor total do contrato, nos termos definidos no edital ou no contrato, com os parâmetros estabelecidos no art. 156, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e § 1º do art. 3º da Resolução -GP nº. 83, de 13 de agosto de 2024.

11.1.4.13. As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

cumuladas, situação que não se confunde com a descrita no § 4º do art. 20 da Resolução -GP nº. 83, de 13 de agosto de 2024.

11.1.4.14. O TJMA exigirá o pagamento do valor fixado a título de multa compensatória independentemente da demonstração de prejuízos, nos termos do art. 416 do Código Civil.

11.1.4.15. A aplicação da multa compensatória não obsta a apuração e cobrança de eventuais perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

11.1.4.16. A penalidade de multa compensatória poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do *caput* do art. 156 Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e do art. 3º da Resolução -GP nº. 83, de 13 de agosto de 2024, observadas as ressalvas do Art. 162, parágrafo único, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e § 3º e 4º do art. 20, da Resolução -GP nº. 83, de 13 de agosto de 2024.

11.2. A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e Resolução-GP nº. 83, de 13 de agosto de 2024, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12. DA GARANTIA CONTRATUAL

12.1. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

12.1. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

12.1.1. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

12.1.2. O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas pela Lei nº 14.133/2021:

I - o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

II - o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

12.2.1. Nos contratos de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços, será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no § 2º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

12.3. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

12.4. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

13. DO PAGAMENTO

13.1 O pagamento será efetuado mensalmente mediante crédito em conta-corrente da CONTRATADA, por ordem bancária, em até 30 (trinta) dias, a contar da apresentação da nota fiscal/fatura, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido a CONTRATADA, devendo apresentar ainda:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, contemplando comprovação de regularidade perante a Seguridade Social;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- d) prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA.
- e) Nota fiscal/fatura, discriminando as despesas com o abastecimento de combustíveis e manutenção, em notas fiscais separadas, dos veículos do CONTRATANTE, explicitando o percentual para taxa de administração e/ou desconto.

13.1.1. A CONTRATADA não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado na nota de empenho.

13.2. A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento de todas as despesas relacionadas com o fornecimento de combustível assim como manutenção dos veículos, sendo que o valor a ser pago pela CONTRATANTE pelos serviços, corresponderá ao montante efetivamente executado com a aplicação do percentual da



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

taxa de administração e/ou desconto aos serviços fornecidos.

13.3. A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido no Edital, na nota de empenho, no Contrato ou caso observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à CONTRATADA e nesse caso o prazo previsto no item 13.1 será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

13.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

13.5 A glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, poderá ocorrer quando deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; e/ou deixar de utilizar recursos humanos exigidos para a execução do serviço.

13.6 Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

13.7 A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

13.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TJMA, entre a data prevista no item 13.6 e o efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

i I = 365	I =	6/100 365	I	=	0,00016438
--------------	-----	--------------	---	---	------------

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

13.9. Recebimento do objeto:

a) A prestação dos serviços de abastecimentos e manutenção, da presente contratação, serão recebidos provisoriamente, após a verificação da conformidade do objeto com as especificações constantes neste Termo de Referência, acompanhado da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

b) A prestação dos serviços de abastecimento e manutenção, da presente contratação, poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

c) O recebimento definitivo da prestação dos serviços de abastecimentos e manutenção ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da após a verificação da conformidade do objeto com as especificações constantes neste Termo de Referência e consequente aceitação mediante termo detalhado.

c.1) O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

d) O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não



será computado para os fins do recebimento definitivo.

14. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

14.1. Os materiais utilizados pelos estabelecimentos credenciados pela CONTRATADA na execução dos serviços, deverão:

14.1.1. Constituir-se no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT;

14.1.2. Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

14.1.3. Ser acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

14.1.4. Inexistir substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromohexavalente (Cr(VI)), cádmio (cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados(PBDEs);

14.1.5. A contratada, em nome da rede credenciada, deverá indicar quais mecanismos serão adotados para o descarte de óleos, pneus, embalagens e demais componentes automotivos, inclusive como se processará a logística reversa;

14.1.6. A Contratada deverá, através da sua rede de credenciadas, efetuar o recolhimento e o descarte do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, realizando a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

conforme art. 18, inciso VII, da Resolução Conama nº 362, de 23 de junho de 2005, e legislação correlata.

14.1.7. Os veículos movidos a diesel deverão ser abastecidos com DIESEL S-10, conforme diretriz do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos automotores.

15. DA HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.1. A licitante, como prova de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, deverá apresentar no mínimo, 01 (um) atestado/declaração de capacidade técnica compatível com o objeto desta licitação expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que o licitante forneceu ou fornece bens compatíveis com a proposta apresentada ou está fornecendo, produtos de mesma natureza e/ou similares aos da presente licitação.

15.2. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, o licitante deverá apresentar atestado(s) que comprove(m) a execução de serviços compatíveis em características e prazos com o objeto desta licitação, observando-se o seguinte:

15.2.1. O quantitativo total atestado deve comprovar o mínimo de 50% (cinquenta por cento) das quantidades estimadas para as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto, conforme definido abaixo, nos termos do art. 67, §2º, da Lei nº 14.133/2021:

- Parcela 01 (Relativa ao Item 01 – Abastecimento): Gerenciamento e controle de fornecimento de combustíveis em rede credenciada de postos, mediante sistema informatizado, para um quantitativo mínimo 309.450 (trezentos e nove mil, quatrocentos e cinquenta) litros, correspondente a 50% do total de litros ou transações estimadas;
- Parcela 02 (Relativa ao Item 02 – Manutenção): Gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva de frota, incluindo fornecimento de peças e mão de obra, para um quantitativo mínimo de R\$ 849.652,05 (oitocentos e quarenta e nove mil,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

seiscentos e cinquenta e dois reais e cinco centavos), correspondente a 50% do valor estimado para manutenção ou número de veículos.

15.2.2. Será admitida, para fins de comprovação dos quantitativos mínimos aqui exigidos, a soma de atestados de períodos distintos ou de contratos diferentes executados simultaneamente.

15.2.3. Justificativa Técnica: A exigência acima se restringe aos itens 01 e 02 por constituírem o núcleo do contrato e representarem o maior impacto financeiro e operacional. O percentual de 50% é adotado para garantir que a contratada possua estrutura logística e tecnológica capaz de suportar a capilaridade da rede e a complexidade do controle de manutenção exigidos pela Administração, sem restringir indevidamente a competitividade.

15.3. O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) ser impresso(s) em papel timbrado do emitente e conter, no mínimo, as seguintes informações: identificação da pessoa jurídica e do responsável pela emissão do atestado; identificação do licitante, constando o seu CNPJ e endereço completo; descrição clara dos produtos, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo, cargo/função e meios de contato.

15.4. O TJMA se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo, requisitar cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

15.5. A licitante, caso solicitado, em caráter de diligência, deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados para atender ao item 8.2.

Documentação complementar

15.6. Os LICITANTES deverão apresentar a seguinte documentação complementar:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

- a) Certidão negativa comprobatória da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.
- b) Declaração de não parentesco. A presente declaração deverá ser apresentada até a formalização do contrato;
- c) Certidão Negativa de Condenações por Ato de Improbidade Administrativa, tanto da empresa, como dos sócios, emitida através do site do Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br), para cumprimento da Meta 17 de 2015 do CNJ;
- d) Certidão Negativa no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas do Portal de Transparência do Governo Federal, obtida por meio do endereço eletrônico (www.portaltransparencia.gov.br);

16. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

16.1. As licitantes deverão comprovar documentação de qualificação econômico financeira, nos termos do Capítulo VI da Lei nº 14.133/2021, conforme abaixo:

16.1.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida há no máximo 60 (sessenta) dias anteriores à solicitação dos documentos de habilitação pelo Pregoeiro.

- a) caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso; e
- b) se o licitante não for sediado no Estado do Maranhão, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências, de recuperação judicial ou de execução patrimonial;

16.1.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta;

a) o balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade; e

b) no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

c) Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis:

I – índices de liquidez geral (LG), liquidez corrente (LC) e solvência geral (SG) superiores a 1 (um).

II – patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor anual da proposta;

III – Patrimônio Líquido igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública

e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura do certame.

IV – justificativa da licitante caso exista diferença superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre o valor total da declaração de contratos firmados e a receita bruta discriminada na demonstração do resultado do exercício (DRE).

17. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

17.1 Após a assinatura do contrato, a unidade requisitante indicará o Gestor e os fiscais técnico e demandante. A Divisão de Transportes do TJMA indicará o fiscal administrativo. A partir dessas indicações, a Presidência do TJMA designará a equipe



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

de gestão e fiscalização contratual em portaria específica.

17.2 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

17.2.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

17.2.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

17.2.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

17.2.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

17.3 CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

17.3.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento, devendo ser exercido por um ou mais representantes do TJMA, a ser(em) especialmente designado(s) pela Diretoria Geral, na forma da Resolução CNJ nº 468/2022.

17.3.2 O representante do Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

17.3.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

17.3.4 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração das entregas realizadas e pendências.

17.3.5 A fiscalização técnica do contrato avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará instrumentos de medição apropriados.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

17.3.6 O representante do Contratante deverá promover o registro de quaisquer ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

17.3.7 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de qualquer das penalidades previstas, realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e o disposto na Resolução - GP nº 83, de 13 de agosto de 2024, que estabelece procedimentos para aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

17.4 MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

17.4.1 Sempre que se exigir, a comunicação entre o Gestor ou Fiscal do Contrato e a CONTRATADA deverá ser formal, considerando-se como documentos formais, além de documentos do tipo ofício, as comunicações por correio eletrônico e/ou por software de gestão de contratos.

17.4.2 O Gestor ou Fiscal do Contrato e a CONTRATADA responderão todas as questões sobre o contrato a ser firmado, procurando solucionar todos os problemas que surgirem, dentro dos limites legais e da razoabilidade.

17.4.3 São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre o Contratante e a Contratada, os seguintes:

a - Sistema de abertura de chamados;

b - E-mails;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

c - Ordem de Serviço;

d - Ata de Reunião;

e - Ofício;

18. DO REAJUSTE

18.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 1 (um) ano, contado da data de apresentação da proposta ou do orçamento a que a proposta se referir, nos termos do art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

18.2. Após o interregno mínimo de 1 (um) ano, os preços dos serviços de gerenciamento de manutenção e as taxas administrativas vigentes poderão ser reajustados, mediante requerimento da CONTRATADA, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE) — *ou outro índice oficial setorial específico adotado pelo órgão* —, acumulado nos últimos 12 (doze) meses, em cumprimento ao art. 92, inciso V e § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

18.3. Para o item relativo ao fornecimento de combustíveis (Item 01), os valores a serem pagos observarão diretamente o preço praticado na bomba na data do abastecimento, limitado aos valores médios disponibilizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), configurando-se o reajuste automático por variação de mercado, sem prejuízo da aplicação do índice de reajuste sobre a taxa de administração da contratada, caso houver.

19. DA ANTICORRUPÇÃO

19.1. A CONTRATADA declara conhecer as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas a Lei Federal nº 12.846/13 e seus regulamentos, e se compromete, por si, a cumpri-las fielmente, e observando os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Ética Profissional, Conduta e Integridade dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do



Maranhão (RES GP 59/2021).

20. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

20.1. É dever das partes contratantes observar e cumprir as regras impostas pela Lei Federal nº. 13.709/18 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, devendo ser observadas, no tratamento de dados, no âmbito do CONTRATANTE, a respectiva finalidade específica, a consonância ao interesse público e a competência administrativa aplicável.

20.2. É vedada à CONTRATADA a utilização de dados pessoais repassados em decorrência da contratação para finalidade distinta daquela do objeto do contrato, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

20.3. A CONTRATADA deverá adotar e manter medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais armazenados, processados ou transmitidos em decorrência do Contrato contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, vazamento ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

20.4. Caberá à CONTRATADA implantar política para tratamento, com ênfase na prevenção ao vazamento de dados, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade de todas as informações repassadas em decorrência da execução contratual.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

20.5. A CONTRATADA compromete-se ao correto processamento e armazenamento dos dados pessoais a ela atribuídos em razão de eventuais relações trabalhistas e/ou contratuais havidas em decorrência da contratação por este CONTRATANTE.

20.6. A CONTRATADA deverá adotar as medidas de segurança e proteção dos dados pessoais porventura recebidos durante e após o encerramento da vigência do pacto administrativo celebrado com o CONTRATANTE, com vistas, principalmente, a dar cumprimento às obrigações legais ou regulatórias do controlador, respeitando os prazos legais trabalhistas, previdenciários e fiscais para a guarda de tais dados, nos termos do art. 16, inciso I, da Lei Federal nº. 13.709/18.

20.7. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente ao CONTRATANTE, titular dos dados, e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao titular dos dados, em consonância com as providências dispostas no art. 48 da Lei Federal nº. 13.709/18.

20.8. Para a execução do objeto do Contrato, em observância ao disposto na Lei Federal nº. 13.709/18 (LGPD), na Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), na Lei Federal nº. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), na RESOL-GP– 132021, que Institui a Política de Privacidade dos Dados das Pessoas Físicas no Poder Judiciário do Estado do Maranhão e ao princípio da transparência, a CONTRATADA e seu(s) representante(s) fica(m) ciente(s) do acesso



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

e da divulgação, por este CONTRATANTE, de seus dados pessoais, tais como número do CPF, RG, estado civil, endereço comercial, endereço residencial e endereço eletrônico.

20.9. As partes obrigam-se a atuar no presente Contrato, em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais, em especial a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, assim como as determinações do Conselho Nacional de Justiça e da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, da Política de Proteção de Dados do Tribunal de Justiça do Maranhão (Resolução-GP nº 13, de 23 de março de 2021) e Portaria GP 224/2024 -TJMA.

21. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

21.1. A presente aquisição terá um custo estimado do percentual máximo admitido para a taxa de administração, conforme cotação realizada pela Coordenadoria de Material e Patrimônio desta Corte do TJMA para determinação deste valor percentual.

21.2. A adjudicação será por MENOR PREÇO POR ITEM, sujeita a homologação da Autoridade Competente do TJMA.

22. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados para a Divisão de Transportes do TJMA. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I Unidade Orçamentária: 04901 - FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E REAP. DO JUDICIÁRIO-FERJ.

II Programa: 0543 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

III Ação:

IV Código Subação:

V Plano Interno/ Subação:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

22.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Cronograma Físico-Financeiro

22.3. O pagamento será realizado mensalmente, após a prestação dos serviços e mediante ateste da fiscalização, seguindo a lógica de execução abaixo:

a) Etapa de Implantação e Configuração (Mês 1)

Refere-se ao período de preparação tecnológica e logística para o início da operação.

Atividade / Marco de Entrega	Prazo	% de Execução Física	Previsão de Pagamento
Entrega do Plano de Trabalho e Cronograma de Implantação	05 dias	10%	Conforme Taxa de Adesão/Setup (se houver)
Configuração de Segurança, Controle de Acesso e APIs	15 dias	40%	Após homologação técnica
Cadastramento de Veículos, Motoristas e Parametrização LGPD	20 dias	30%	Após validação da base de dados
Treinamento de Gestores e Entrega dos Manuais	30 dias	20%	Após conclusão da capacitação

b) Etapa de Operação e Gestão de Abastecimento (Mês 2 em diante)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

Corresponde ao ciclo recorrente de prestação de serviço, onde o pagamento é vinculado à performance (SLA) e ao volume operado.

c) Aferição Mensal: A CONTRATADA deverá apresentar, até o 5º dia útil do mês subsequente, a planilha de medição contendo os serviços efetivamente prestados no período anterior.

- Condicionante de Pagamento: A liberação do pagamento está estritamente vinculada ao ateste da fiscalização, que verificará a conformidade com as trilhas de auditoria, requisitos de segurança e níveis de serviço (SLA) pactuados.
- Glosas: Eventuais falhas de desempenho ou indisponibilidade do sistema, detectadas no período de medição acarretarão em descontos (glosas) diretos na fatura do mês correspondente, conforme tabela de penalidades do Termo de Referência.

23. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

23.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

[https://www.gov.br/agu/pt-](https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/AGUGuiaNacionaldeContrataesSustentveis4edio.pdf)

[br/comunicacao/noticias/AGUGuiaNacionaldeContrataesSustentveis4edio.pdf](https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/AGUGuiaNacionaldeContrataesSustentveis4edio.pdf)

23.2. Desenvolver os trabalhos e processos prioritariamente em meio eletrônico visando a racionalização de recursos, em conformidade com o Plano de Logística Sustentável 2021-2026 do TJMA, regulamentado pela Portaria Conjunta nº 27/2023.

24. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

24.1 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

24.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Procedimento Administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

24.3 A rescisão de que trata o item 24.1, exceto quando se tratar de caso fortuito, força maior ou razões de interesse público, acarretará a retenção dos créditos decorrentes deste contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

24.4. O Instrumento poderá ser extinto:

- a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos termos do inciso II do art. 104 da Lei 14133/2021;
- b) Consensualmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no respectivo procedimento administrativo, desde que haja conveniência para a Administração; ou
- c) Judicialmente, nos termos da Lei.

24.5. A extinção também poderá ocorrer:

24.5.1. A critério da Administração, de pleno direito, poderá extinguir o contrato independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA o direito a qualquer indenização, nos casos previstos nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21.

24.5.2. Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos do Procedimento Administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

24.5.3. A extinção de que trata o item 24.5.1, exceto quando se tratar de caso fortuito, força maior ou razões de interesse público, acarretará a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

24.6. Constituem, ainda, motivos de rescisão contratual:

24.6.1. Lentidão no cumprimento do objeto licitado de forma a impossibilitar a sua conclusão, conforme prazos estipulados, sem motivos justificados;

24.6.2. Atraso injustificado em qualquer uma das fases do objeto licitado, por mais de 15 (quinze) dias após autorização da execução pela CONTRATANTE;

24.6.3. Paralisação de qualquer uma das fases do objeto licitado sem justa causa ou prévia comunicação por escrito à CONTRATANTE;

24.6.4. Ser notificada (advertência) por 03 (três) vezes consecutivas pela Fiscalização por conta de irregularidades constatadas, pendências quanto a entrega do objeto licitado, e não cumprimento das cláusulas contratuais.

24.6.5. A extinção deste contrato se dará nos termos dos artigos 106, inciso III, ou 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

24.6.6. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

24.6.7. O contrato poderá ser extinto unilateralmente pela Administração, nos casos de inexecução parcial ou total do objeto, sem prejuízo da aplicação das sanções nele previstas e em legislação específica.

25. DA SUBCONTRATAÇÃO

25.1. É expressamente vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto principal deste Contrato, compreendendo-se como tal o fornecimento e a operação do sistema informatizado de gestão integrada, bem como a coordenação, supervisão e administração geral dos serviços.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

25.2. Não se considera subcontratação, para fins do item anterior, o credenciamento de postos de combustíveis e de oficinas mecânicas pela CONTRATADA para a composição de sua rede de atendimento.

25.2.1. O credenciamento de estabelecimentos parceiros é considerado ato inerente, acessório e imprescindível à perfeita execução do modelo de prestação de serviços de gerenciamento de abastecimento e manutenção de frota.

25.3. A CONTRATADA permanece como única, exclusiva e integral responsável perante a CONTRATANTE por quaisquer atos, omissões, inadimplementos contratuais ou danos causados pela rede de postos e oficinas credenciadas, cabendo-lhe a total fiscalização e garantia da qualidade dos serviços e insumos prestados por terceiros.

25. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

25.1 O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses contados a partir do primeiro dia útil subsequente à divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado, observado o limite de 10 (dez) anos em conformidade com o Art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

26. SITUAÇÕES GERAIS

26.1. Os casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes de comum acordo, tomando-se como base a Lei 14.133/2021.

26.2. O presente Termo de Referência foi elaborado pela equipe técnica:

JANUARIO DINIZ SILVA, Chefe de Divisão de Transportes Divisão de Transportes
Matrícula 224691 ;

RICHARD GLAYDSON CORDEIRO DUTRA, matrícula 100339 – FGE;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

CLÁUDIO EDUARDO MARTINS GOMES, matrícula 129445 – FGE.

Anexo I

1.1. Multas Pecuniárias (Multas de Mora e Compensatória)

1.1.1. Multa de Mora: Será aplicada a multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, no caso de atraso injustificado no cumprimento de prazo estabelecido pela Fiscalização (ex.: atraso na apresentação de cotação de manutenção, atraso na entrega de relatórios).

1.1.2. Multa Compensatória: Será aplicada a multa de até 20% (vinte por cento) sobre



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

o valor total mensal estimado do contrato por inexecução parcial grave ou por descumprimento que acarrete rescisão contratual.

2. Mecanismo de Remuneração Variável Negativa (Glosa por Desempenho)

Em atendimento ao disposto no Art. 105, § 1º, e no Art. 155, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, será adotado um mecanismo de remuneração variável negativa, que consistirá na aplicação de glosa (dedução) no valor da Taxa de Administração (TA) cobrada pela Contratada, quando esta não atingir as metas de desempenho (SLAs) definidas no item 17 deste TR.

2.1. Índice de Desempenho Global (IDG)

O desempenho da Contratada será medido mensalmente por um Índice de Desempenho Global (IDG), calculado pela média aritmética do percentual de atingimento de todos os Indicadores (I-1 a I-8) estabelecidos no presente Termo de Referência.

2.2. Da Glosa e da Faixa de Penalidade

O valor da Taxa de Administração (TA) será deduzido (glosado) conforme o atingimento do IDG, utilizando-se a seguinte tabela:

Faixa de Desempenho (IDG Mensal)	Aplicação	Percentual de Glosa (Sobre o Valor Mensal da Taxa de Administração)
IDG maior ou igual a 90%	Desempenho Satisfatório	0% (Zero por cento)
80% menor igual ao IDG e menor que 90%	Desempenho Insatisfatório - Leve	5% (Cinco por cento)
70% menor igual ao IDG e menor que 80%	Desempenho Insatisfatório - Moderado	10% (Dez por cento)
IDG menor que 70%	Desempenho Crítico	20% (Vinte por cento)

Parágrafo Primeiro: A não apresentação do relatório de aferição de desempenho, no prazo estipulado, implicará a presunção de que o IDG foi zero (0%) e resultará na aplicação imediata da glosa de 20% sobre a Taxa de Administração mensal, cumulada com a Multa de Mora por atraso na entrega de documentos.

Parágrafo Segundo: O não atingimento do IDG mínimo de 80% (oitenta por cento) por



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

três meses consecutivos ou cinco meses alternados será considerado inexecução parcial grave e poderá ensejar, após a aplicação da glosa e demais sanções cabíveis, a abertura de processo para a Rescisão Unilateral do Contrato, nos termos do Art. 137 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação da Multa Compensatória.

Parágrafo Terceiro: Caso a licitante vencedora ofereça Taxa de Administração Negativa (desconto), a glosa será aplicada sobre a totalidade do valor mensal dos serviços de combustíveis e manutenção, correspondente ao percentual da Taxa de Administração que seria paga em um cenário neutro (0%), transformando o desconto oferecido em uma redução adicional dos valores devidos.

ANEXO II

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS/SLA)

1. OBJETIVO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

Este anexo estabelece os critérios objetivos para medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, vinculando o desempenho técnico ao pagamento mensal, conforme as melhores práticas de governança e a legislação vigente.

2. NÍVEIS DE CRITICIDADE

As ocorrências e requisitos são classificados por criticidade para determinar os tempos de resposta e o impacto nas sanções:

- **Crítica (C1):** Indisponibilidade total do sistema de abastecimento, falhas de segurança de dados ou interrupção de integração com ERP.
- **Alta (C2):** Indisponibilidade de módulos específicos (ex: relatórios), falhas em alertas de fraude ou erro em processamento de notas fiscais.
- **Média (C3):** Lentidão no sistema, necessidade de atualizações cadastrais ou dúvidas técnicas operacionais.

3. TABELA DE INDICADORES DE DESEMPENHO (KPIs)

Indicador	Metodologia de Aferição	Meta (SLA)	Fonte de Dados	Periodicidade
Disponibilidade do Sistema	Tempo total de sistema ativo / Tempo total no mês	Maior ou igual a 99,5%	Logs do Servidor / Painel de Monitoramento	Mensal
Tempo de Resposta (Suporte)	Tempo entre abertura do chamado (C1) e solução	Menor ou igual a 1 horas	Sistema de Ticketing da Contratada	Mensal
Trilha de	Verificação de integridade de	100% de	Relatório de	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

Auditoria	logs e rastreabilidade	conformidade	Auditoria de Sistemas	Trimestral
Conformidade LGPD	Ausência de incidentes de dados e resposta a titulares	Zero incidentes	Relatório de Impacto à Proteção de Dados	Contínuo
Integração de Dados	Sucesso no envio/recebimento de APIs com sistemas internos	Maior ou igual a 98% de sucesso	Logs de Integração (API Gateway)	Mensal

4. VINCULAÇÃO ENTRE DESEMPENHO E PAGAMENTO (GLOSAS)

O descumprimento das metas estabelecidas resultará em glosas incidentes sobre o valor da taxa de administração ou mensalidade do período:

- **Disponibilidade < 99,5%:** Glosa de 2% do valor mensal a cada 0,1% de indisponibilidade adicional.
- **Atraso no Suporte Técnico (C1):** Glosa de 1% do valor mensal por hora de atraso além das 2 horas previstas.
- **Falha na Rastreabilidade/Auditoria:** Glosa de 5% do valor mensal por ocorrência de dado não rastreável.
- **Incidente de Segurança/LGPD:** Glosa de 10% do valor mensal, sem prejuízo das sanções administrativas e multas previstas em lei.

5. GOVERNANÇA E FISCALIZAÇÃO

1. **Responsáveis:** A medição será realizada pela equipe de Gestão de Frotas da CONTRATANTE, com base em relatórios extraídos diretamente do sistema da CONTRATADA.
2. **Contestação:** A CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para contestar as medições, apresentando evidências técnicas.
3. **Gradação:** A reincidência por 3 meses consecutivos no descumprimento de



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Divisão de Transportes

qualquer indicador C1 ou C2 poderá ensejar a abertura de processo administrativo para rescisão contratual.

JANUARIO DINIZ SILVA
Chefe de Divisão de Transportes
Divisão de Transportes
Matrícula 224691

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/06/2026 11:36 (JANUARIO DINIZ SILVA)



TR-DIVTRANS - 52026 / Código: D30B472C80
Valide o documento em www.tjma.jus.br/validadoc.php

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.
#ConsumoConsciente